Parte I

2. Tendências da produção científica brasileira sobre violência e acidentes na década de 90

Edinilsa Ramos de Souza
Kathie Njaine
Hynajara Boueris da Silva

Maria Cecília de Souza Minayo
Alessandra Jesus Machado Cruz
Fátima Cristina Lopes dos Santos
Cristiano de Oliveira Moreira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SOUZA, E. R., MINAYO, M. C. S., NJAINE, K., CRUZ, A. J. M., SILVA, H. B., SANTOS, F. C. L., and MOREIRA, C. O. Tendências da produção científica brasileira sobre violência e acidentes na década de 90. In.: MINAYO, M. C. S., and SOUZA, E. R., eds. *Violência sob o olhar da saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, pp. 49-81. ISBN: 978-65-5708-115-0.
<https://doi.org/10.7476/9786557081150.0004>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE VIOLÊNCIA E ACIDENTES NA DÉCADA DE 90¹

*Edinilsa Ramos de Souza, Maria Cecília de Souza Minayo,
Kathie Njaine, Alessandra Jesus Machado Cruz,
Hynajara Boueris da Silva, Fátima Cristina Lopes dos Santos
& Cristiano de Oliveira Moreira*

INTRODUÇÃO

Este estudo dá sequência a outro trabalho semelhante realizado por nós (Minayo, Souza & Assis, 1990), no qual se levantou considerável material produzido desde o início do século XX até o final da década de 80. Nessa análise, embora a ênfase da investigação tenha sido sobre textos específicos da área da saúde, abrangeram-se também outros campos do conhecimento. Primeiro, porque era bastante escassa a produção das disciplinas da saúde (no interior das quais o tema se encontrava muito pouco legitimado) e também porque a compreensão do impacto da violência na produção de lesões e traumas faz interface com outros saberes e é por eles contextualizado. No âmbito sanitário, incluíram-se as áreas de epidemiologia, medicina, psicologia, psiquiatria, psicanálise e biologia/etologia. Em outros campos, realizou-se uma busca em bases de dados da demografia, da sociologia e política, do jornalismo, do direito, da filosofia e teologia e interdisciplinares. Foi um esforço pioneiro e bastante abrangente, mas não exaustivo, pois a maioria das bases de dados consultados estava localizada apenas no Rio de Janeiro.

Na revisão citada, constatou-se que somente 3% da produção acadêmica era anterior à ou da década de 60; 11%, da década de 70; e 86%, da década de 80, quando então os estudos tomaram uma direção de crescimento em número, abrangência, inclusão de temáticas e complexidade

¹ Toda a produção científica utilizada para esta análise de tendências foi levantada, tratada e inserida na base de dados bibliográficos do Núcleo de Informação e Documentação do Claves, sendo possível acessá-los através da página www.claves.fiocruz.br/link/acervo/.

das abordagens. Considerando a área específica de saúde pública/coletiva/medicina social foi possível notar algumas especificidades. A produção estava mais localizada em alguns centros universitários e de pesquisa: Faculdade de Saúde Pública da USP, Unicamp e Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz. Poucos autores se aventuravam pela temática, a maioria dos trabalhos concentrando-se em alguns nomes. As subáreas com maior número de estudos eram as seguintes: violência, acidentes e mortes no trabalho com 35 obras; tentativas, ideações e mortes por suicídio, com 32 textos; 26 trabalhos sobre violência e maus-tratos contra crianças, adolescentes e alguns específicos sobre o mesmo grupo em situação de pobreza, abandono ou vivendo nas ruas e categorizados como “estudos sobre menores”; 25 artigos sobre mortalidade e, em menor número, sobre morbidade por causas externas em geral; e acidentes e mortes no trânsito com 17 textos. A questão da prevenção foi tratada em 11 artigos, e o impacto da violência sobre o setor saúde, em dois. Chama atenção que o tema do homicídio, especificamente, estivesse representado apenas por um trabalho.

Os estudos da área de psicanálise concentravam-se no tema do suicídio e na compreensão originária da violência. Os textos de psiquiatria enfatizavam, sobretudo, a relação entre crime e doença mental; agressão, agressividade e doença mental; e entre suicídio e neurose. Os estudos de psicologia trabalhavam, especialmente, as relações entre o psiquismo e o social; a violência de gênero; estudo de vítimas e de familiares de suicidas. A produção da área médica enfatizava a síndrome da criança espancada; as relações entre fatores genéticos e violência; a emergência e morbimortalidade hospitalar por causas externas e tentativas de suicídios; e etologia e agressividade.

As correntes teóricas explicativas presentes nos textos que foram objeto da revisão, no final da década de 80, eram bastante diversificadas, e Minayo, Souza & Assis (1990) as resumiram nas seguintes: (a) as que enfatizavam os fatores biológicos predisponentes à violência, considerando-a, portanto, fruto da agressividade instintiva da natureza humana; (b) as que ressaltavam as razões intrapsíquicas, considerando a violência uma questão da conduta individual; (c) as que atribuíam, como causa principal do fenômeno, os efeitos disruptivos dos rápidos processos sociais de mudanças; (d) as que consideravam o fenômeno, como uma resultante das desigualdades, pobreza e exclusão social; (e) as que explicavam o crescimento da criminalidade pela fraqueza do estado.

É a partir desse patamar que a Revisão dos Anos de 1990 se constrói. Nem tudo poderá ser comparado, porque no estudo atual focaliza-se, especificamente, a produção do setor da saúde. No entanto, o retorno aos

estudos de todo o período anterior que vai até o início do século permitirá mostrar tendências teóricas, priorização de algumas temáticas; obscurecimento de determinados assuntos, antes nas pautas principais, e observar, também, as questões pouco debatidas, apesar de sua relevância, que deveriam ser ressaltadas e incluídas entre as preocupações analíticas da primeira década do século XXI.

Uma das questões centrais que os profissionais da assistência à saúde colocam para a produção acadêmica sobre violência é o sentido dos estudos. O “para que e o como” sempre estão presentes nas linhas e entrelinhas das relações entre os pesquisadores e os que trabalham na atenção. Essa foi, portanto, uma das indagações ao material recolhido: qual o objetivo de determinado estudo? As respostas são diversas, mas permitem também apontar tendências. Em primeiro lugar, é importante assinalar que, do conjunto, quase a metade enunciou seu propósito estratégico de colaborar ou para formulação de projetos de prevenção e intervenção ou para contribuir à melhor adequação dos serviços e da formação profissional. Alguns avaliaram a capacidade das instituições de saúde e dos Institutos Médico Legais que produzem laudos sobre lesões, traumas e mortes por causas externas, na sua capacidade de responder aos atuais desafios da magnitude dos acidentes e das violências. No entanto, na maioria da vezes houve o objetivo explícito de produzir conhecimento acadêmico, o que não diminui seu mérito, na medida em que constituem diagnósticos básicos necessários para dimensionamento do fenômeno.

É importante ressaltar na análise a tendência que toma corpo, no final da década de 90, de dirigir a produção intelectual sobre violência para um diálogo com as práticas dos serviços. Torna-se essencial dar ênfase a esse ponto por dois motivos: primeiro, porque esse objeto é ainda considerado bastante estranho à práxis do setor, apesar das altas taxas de morbimortalidade por causas externas. Segundo, porque, embora existam experiências bem-sucedidas no âmbito de alguns serviços, não há um plano para direcionar as ações práticas. Daí a necessidade de geração de conhecimento estratégico.

METODOLOGIA

Foi levantada a produção intelectual brasileira na área específica da saúde sobre acidentes e violência a partir de artigos em periódicos, livros e capítulos de livros, dissertações, teses e manuais instrucionais de distribuição nacional. A pesquisa transcorreu ao longo do ano de 2001.

As bases de dados da Bireme e Scielo (via internet), bem como as bases informatizadas, como a Dedalus, da Universidade de São Paulo, e a Base Bibliográfica da Universidade Federal de Santa Catarina constituíram as principais fontes de informação.

Além dessas importantes coleções, foram feitas visitas a todas as instituições de pós-graduação em saúde coletiva e saúde pública do país, bibliotecas, núcleos de informação e documentação, em busca, sobretudo, de teses e dissertações e outros materiais.

O conjunto do material aqui compilado provém de 37 bibliotecas – oito na região Nordeste do país, vinte no Sudeste, seis no Sul e três no Centro Oeste – e de 37 pós-graduações – oito no Nordeste, 22 no Sudeste, cinco no Sul e duas no Centro Oeste. Inclui ainda oito bases de dados, das quais duas de Universidades, e os catálogos de três editoras.

Foi levantada a produção em 78 periódicos/revistas/cadernos científicos brasileiros, alguns de circulação nacional e internacional – sobretudo, os periódicos das instituições mais consolidadas de pesquisa em saúde do país que são catalogados pelos grandes indexadores internacionais –, outros, de distribuição regional e local apenas, não indexados, e encontrados somente nos locais de origem de sua produção, aos quais buscamos contemplar ao máximo. Esse critério inclusivo deveu-se ao reconhecimento de que é muito importante a realização de estudos focalizados nas várias realidades do país, tanto para o avanço do conhecimento, quanto para informar ações setoriais e intersetoriais. Pois, embora processos sociais próprios do interior do Brasil pareçam quase invisíveis em comparação ao que acontece nos grandes centros urbanos, configuram um nível real de manifestação das diferentes formas de violência. Esses veículos de comunicação foram consultados em relação ao período abrangido no estudo, no caso de existir a coleção publicada ao longo de toda a década estudada.

Uma vez fechado o processo de busca do material, desencadeou-se um processo de classificação em relação ao tipo de publicação, à temática abordada, à área ou especialidade da produção, ao ator social enfocado e à metodologia utilizada no trabalho, tornando possível a informatização e a criação do banco de dados no *Programa Informa*. Esse programa é apropriado para armazenar bases bibliográficas.

As categorias utilizadas para proceder à classificação dos trabalhos foram: (1) em relação à área ou especialidade da produção: geriatria e gerontologia; ciências sociais em saúde; cirurgia; planejamento em saúde; enfermagem; farmácia; ginecologia e obstetrícia; medicina legal; neurologia; pediatria; saúde pública/coletiva; saúde mental; serviço social em saúde; epidemiologia; emergência e trauma; (2) em relação às temáticas:

concepções teóricas sobre violência; causas externas; acidentes de trânsito/transportes; outros acidentes; homicídio; suicídio; criminalidade/delinquência; exclusão social/violação de direitos; informação/mídia e violência; violência e trabalho; violência institucional; violência contra a mulher; violência contra o idoso; violência contra a criança e o adolescente/violência doméstica; fatores de vulnerabilidade à violência: álcool e drogas; prevenção; (3) em relação à metodologia utilizada no trabalho: ensaio; estudo de caso clínico; estudo descritivo; estudo epidemiológico descritivo ou analítico; estudo qualitativo; revisão bibliográfica; revisão teórica; estudos quantitativos/interdisciplinares; estudos baseados em oficinas e seminários.

Houve enormes dificuldades, nessa primeira parte do trabalho, para conseguir maior clareza e fidedignidade para esta Revisão. Parte do acervo não continha resumo nem palavras-chave (conteúdos que tiveram de ser elaborados pelos pesquisadores); outro conjunto apresentava resumos não suficientemente capazes de representar a informação, porque apenas narravam o método utilizado na realização da pesquisa, mas, omitiam os resultados; e alguns, além de não apresentarem dados fundamentais para sua compreensão, são bastante confusos quanto ao objeto de estudo e aos objetivos pretendidos. Essas falhas encontram-se em vários artigos, mas estão presentes, sobretudo, em teses e dissertações.

Houve, portanto, um trabalho de aprimoramento da informação bastante intensivo, buscando a melhoria dos dados apresentados e a sua inserção numa ficha própria criada por nós e digitada no *Programa Informa*. Ao todo, foram localizados e classificados 543 trabalhos – 158 (29,1%) produzidos na primeira metade da década de 90 e 385 (70,9%), na segunda –, distribuídos na tabela 1 e no gráfico 1, a seguir. Essa produção ficou distribuída em 311 artigos publicados em periódicos (57,4%), 124 dissertações (22,8%), 46 teses (8,5%), 22 livros (4%), 22 capítulos de livro (4%) e 18 manuais (3,3%). Mesmo realizando-se um enorme investimento na busca ativa do material, é preciso ressaltar que não se tem a pretensão de que este trabalho esgote toda a produção brasileira.

Neste estudo, construíram-se vários tipos de classificação que abrangem as ‘classes de violência’: exclusão e violação de direitos e criminalidade e violência; ‘formas de violência denominadas pelo setor da saúde como causas externas’: homicídios, suicídios e acidentes e as várias formas de agressão física e emocional e abandono; ‘vítimas da violência’: crianças e adolescentes, mulheres e idosos; os ‘fatores predisponentes às violências’: álcool, drogas e influências da mídia; ‘modalidades de apresentação da violência’: violência no trabalho e violência institucional; ‘atuação do setor saúde’: vigilância e prevenção.

Tabela 1 - Produção científica brasileira sobre violência e saúde na década de 90 segundo as temáticas.

Temáticas analisadas	Número	Período	
		1990 a 1994	1995 a 2000
1. Concepções teóricas	11	4	7
2. Acidentes e Violências	165	37	128
2.1. Causas Externas em geral	66	14	52
Morbidade	17	2	15
Mortalidade	36	9	27
Morbimortalidade	13	3	10
2.2. Homicídio e tentativas	13	2	11
2.3. Suicídio, tentativas e ideação	32	12	20
Teoria	2	2	-
Consumado	12	3	9
Tentativa	18	7	11
2.4. Acidentes de trânsito	32	8	24
Morbidade	15	3	12
Mortalidade	8	4	4
Morbimortalidade	9	1	8
2.5. Outros acidentes	22	1	21
3. Acidente e violência no trabalho	53	15	38
4. Violência contra crianças e adolescentes	105	46	59
5. Violência contra a mulher	32	8	24
6. Violência contra o idoso	9	-	9
7. Violência institucional	12	5	7
8. Criminalidade/Delinquência	22	5	17
9. Exclusão/Violação de direitos	33	13	20
10. Informação/Mídia e Violência	12	3	9
11. Vulnerabilidade à violência: álcool/drogas	42	10	32
12. Prevenção	47	12	35

Gráfico 1 - Distribuição da produção científica brasileira sobre acidentes na década de 90.

ANÁLISE DA PRODUÇÃO

Concepções Teórico-Metodológicas

No acervo de trabalhos catalogados da década de 90, alguns podem ser classificados como tentativas de pensar e repensar as bases teóricas, por meio das quais a área de saúde se aproxima da violência. Esse atravessamento que, em geral, parte da análise dos próprios fundamentos da grande área da saúde, sobretudo da medicina e da saúde pública, leva também em conta os estudos empíricos que se processam e, por sua vez, teorizam os objetos particulares em sua aproximação. Em nosso acervo, registramos onze estudos específicos – quatro do início e sete da segunda metade da década de 90 –, cujo objetivo precípua foi a teorização, podendo ser categorizados como revisão bibliográfica e ensaio.

Embora apresentem abordagens diferenciadas, o conjunto dos textos articula as expressões de acidentes e violências com o contexto social. As principais tendências desses estudos podem ser assim resumidas:

1. abordagem da violência e dos acidentes dentro de um quadro reflexivo crítico, político e histórico, sobretudo articulado às categorias de equidade e desigualdade, diferenciando suas várias expressões e relacionando-as ao grau de conquista da cidadania;
2. articulação, em alguns trabalhos, da violência com outros fenômenos e processos sociais, como a religião, por exemplo; com o medo e a insegurança; com a impunidade e a corrupção; com a discriminação e

os racismos. Há alguns poucos artigos que analisam a violência no contexto da globalização, do consumismo e das mudanças técnico-informacionais, evidenciando sua especificidade no mundo e no país, na atualidade;

3. análise do setor saúde como uma espécie de 'encruzilhada' para a qual convergem os efeitos e os resultantes das violências e acidentes que são as lesões e traumas físicos e emocionais; e, ao mesmo tempo, como parte de contexto da violência, sobretudo a de caráter institucional. Vários textos chamam atenção para o papel positivo que o setor, pela sua tradição preventivista, pode ter, diferenciando-se em relação à prática da segurança pública;
4. encaminhamentos, dentro de quase todos os trabalhos, de sugestões para ações setoriais, temas de pesquisa, melhoria das várias fases de atendimento às lesões e traumas.

Do ponto de vista metodológico, os textos se dividem em três ensaios, e oito revisões bibliográficas. Estas últimas contextualizam os acidentes e as violências com dados provenientes do Sistema Nacional de Mortalidade e, alguns, com estatísticas da área de segurança pública e informações de bases internacionais. Comparativamente, os estudos da década de 80 e anteriores apresentavam-se em maior número, sob a forma de reflexões teóricas emanadas de observações especulativas sobre a realidade. Diferentemente, nos anos 90, grande parte dos trabalhos tendeu a incorporar nas teorias com as quais trabalham as análises de dados empíricos. Outra importante distinção, como já mencionamos, é que, salvo exceção (que se apresenta sob a forma de três ensaios), os estudos teóricos ampararam-se em dados que vêm sendo paulatinamente consolidados. O que sugere, na década em análise, avanço significativo, tanto no campo da teoria como no da pesquisa.

Acidentes e Violências

Nesta classificação, serão tratados os estudos que abordaram, em conjunto ou de forma específica, a mortalidade por homicídios, suicídios e acidentes e as lesões e traumas pelas mesmas causas.

Um total de 165 trabalhos sobre acidentes e violências foi captado nas bases de dados ou por busca ativa, referindo-se ou à categoria geral de causas externas, ou especificamente sobre homicídios, suicídios, acidentes de trânsito e transporte, e outros acidentes, lesões e traumas como resultantes. Desse conjunto – 37 da primeira e 128 da segunda metades da

década de 90 –, 50 textos referem-se à morbidade; 56, à mortalidade; e 59 abordam conjuntamente a morbimortalidade. As áreas com maior número de publicações são a da saúde coletiva, totalizando 87 textos; da medicina e da enfermagem, com 27 estudos; e da saúde mental, 21.

Do ponto de vista do conteúdo, a maioria dos trabalhos concentra-se na descrição e análise da magnitude do fenômeno no país, destacando seu crescimento e gravidade a partir da década de 80. Há cinco textos que, além de apresentarem dados, teorizam sobre a elevação das taxas de causas externas (predominantemente homicídios e acidentes de trânsito), associando-as ao inchamento das grandes cidades, processo não acompanhado por concomitantes condições de trabalho e de vida; ao aumento da exclusão social; ao crescimento da organização dos crimes; ao maior apelo ao consumismo e, no caso do trânsito, a vários problemas como não-conservação das estradas, a falta de fiscalização e punição; ao incentivo à velocidade; e, em todos os casos, à forte e marcada presença da corrupção e da impunidade que corroem a credibilidade dos órgãos públicos. Autores consideram a forte presença, nos processos sociais, da corrupção e da impunidade, como verdadeira 'endemia social'.

Causas Externas em Geral

Classificaram-se na categoria de 'causas externas em geral' os textos que se referem aos homicídios, aos suicídios e aos acidentes em seu conjunto. Os trabalhos, na sua maioria, distinguem atores e faixas etárias específicas, e alguns constituem-se em abordagens de âmbito nacional, por regiões e unidades federadas. A predominância é de estudos sobre jovens, o grupo em que existe maior prevalência de vítimas das causas externas. Todos os autores, mesmo os que fazem incursões exploratórias sobre o tema, assinalam o crescimento exponencial dos homicídios como o fato mais significativo que vem sendo observado nos últimos vinte anos. Do ponto de vista de sua abrangência, há poucas análises que focalizam a situação nacional, destacando-se a Faculdade de Saúde Pública/USP e o Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde (Claves) da Fiocruz como locais que concentram grupos de investigação produtores dessa reflexão mais ampliada. Várias pesquisas se referem a regiões, estados e municípios, predominando as que analisam a situação do Sudeste (duas), do Rio de Janeiro (oito), de São Paulo (oito). Há um trabalho sobre Santa Catarina e outro sobre Sergipe. Para algumas cidades com alta prevalência de mortes por causas externas, são feitas análises específicas com maior concentração de estudos da situação do Rio de Janeiro e São Paulo (capitais); Salvador; Recife; Vitória; de outras cidades como Duque de Caxias;

Diadema; Santos; Santo André; São Caetano; Niterói; e a Região dos Lagos no Rio de Janeiro. Há poucos estudos epidemiológicos (apenas dois) que avançam o conhecimento da associação entre desigualdades e violência, evidenciando a concentração de homicídios entre os grupos sociais mais pobres das grandes áreas urbanas.

Os trabalhos relativos à 'morbidade por causas externas', na sua totalidade, dão ênfase às condições, situações e perfil das vítimas de internações hospitalares; o papel das emergências e a visão dos médicos cirurgiões sobre as lesões e traumas; os transtornos pós-traumáticos; os cuidados em relação aos traumatizados; as seqüelas das vítimas de trânsito e de tentativas de homicídio. Um dos estudos, feito a partir de levantamento de dados primários da Secretaria de Segurança Pública, e alguns elaborados a partir de informações hospitalares mostram potente associação entre alcoolismo e causas externas (com elevada presença nas histórias de acidentes de trânsito, homicídios, maus-tratos); e forte incidência de relações sociais violentas no meio familiar e social, das quais as agressões interpessoais constituem-se em uma das causas mais expressivas de lesões e traumas, muitas delas deixando seqüelas físicas e emocionais irreversíveis.

Do ponto de vista metodológico, os textos concentram-se em levantamentos e análises de dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) e de registros regionais e locais, em casos de estudos focalizados; pesquisas em Instituto Médico Legal (IML) e em Boletins de Ocorrência Policial. Os trabalhos em sua maioria são da área de epidemiologia descritiva e buscam evidenciar a magnitude do fenômeno por sexo, idade, distribuição por áreas (poucos), e menos ainda são os que são categorizados por ocupações. Alguns são mais analíticos, chegando a cálculo de anos potenciais de vida perdidos ou trabalhando com casos-controle; outros fazem articulação com dados demográficos e socioeconômicos e abordagens de tendências e séries históricas; e outros são revisões bibliográficas que permitem situar a questão no Brasil e no mundo. Há poucos estudos qualitativos e de ciências sociais sobre o tema, destacando-se a perspectiva de triangulação de métodos utilizada prioritariamente pelo Claves.

Em relação à prevenção e à atenção à saúde, vários trabalhos referem-se, de um lado, à questão social, à necessidade de políticas sociais inter-setoriais inclusivas; no caso de trânsito, ressaltam a importância de um controle maior do Estado sobre veículos, estradas e comportamento dos motoristas e pedestres. Evidenciam a importância também de melhor aparelhamento dos serviços de atendimento, de formação específica dos profissionais e de 'humanização' dos serviços.

Violência contra Criança e Adolescente

Esse foi o segundo maior tema presente no conjunto da produção intelectual, para o qual foram localizados 105 textos: 46 nos anos de 1990 a 1994 e 59 no período de 1995 a 2000. Nota-se um pequeno acréscimo anual na produção de 9,3 para 9,7 ao ano, nos dois períodos. Entretanto, esse aumento é distinto segundo o campo de conhecimento de origem do texto. A área disciplinar que mais se destacou na produção de textos, no começo da década, foi a pediatria, com a importante contribuição de 22 trabalhos. A maioria deles aborda a questão da conceituação e do diagnóstico dos maus-tratos, principalmente nos primeiros anos da década. O tema do abuso sexual, isoladamente, foi tratado por seis textos da pediatria.

Abordagens da saúde coletiva estiveram presentes em todo o período, com 27 trabalhos, passando a ter predomínio na segunda parte da década. A maioria dos autores sanitaristas priorizou o diagnóstico e o atendimento aos maus-tratos em geral. Há apenas quatro textos exclusivos sobre abuso sexual e um sobre abuso físico. A saúde mental ocupa o terceiro lugar, com 15 publicações no período. O crescimento do interesse pela violência nesse campo foi muito evidente: de 1995 a 2000 dobrou o número de textos. Entretanto, o perfil da produção é variado: sete textos versam sobre maus-tratos em geral; quatro, exclusivamente, sobre abuso físico e outro tanto sobre abuso sexual. Os trabalhos sobre abuso físico e sexual mostram-se mais freqüentes no final da década de 90, evidenciando-se uma especialização do conhecimento.

A psicologia é representada por 12 publicações, quase todas oriundas do final da década, havendo apenas uma sobre abuso físico. Todas as demais abordam maus-tratos. Do serviço social, há 11 textos no período, no conjunto do material captado. Com apenas uma exceção, todos os demais textos foram produzidos no começo da década, mostrando que a preocupação com o tema reduziu-se no decorrer do período.

Da área de enfermagem, há sete trabalhos, em sua maioria, publicados no final da década. São quatro sobre maus-tratos, um sobre abuso sexual e dois sobre negligência. A enfermagem foi a única especialidade que focalizou este último tema. A medicina contribuiu com três textos; a área de saúde da criança e a psiquiatria, com dois; a farmácia, saúde escolar e odontologia, com um por cada especialidade. A maioria dos textos desse subconjunto foi escrita na segunda metade da década, mostrando uma diversificação de áreas interessadas no tema.

Os trabalhos utilizam diferentes métodos. Na primeira metade da década, predominaram os artigos de revisão, com 27 textos, evidenciando um momento necessário de construção de conceitos, de compreensão histórica e de análise diagnóstica. Os estudos qualitativos também compareceram com 30 trabalhos, e esse tipo de abordagem se intensificou no final da década, mostrando o encaminhamento dos autores para um foco mais compreensivo da problemática. As abordagens quantitativas também estão concentradas nesse período. Estudos de caso em número de seis e revisões bibliográficas ou teóricas perpassaram todo o período investigado, enquanto os trabalhos interdisciplinares, em número de 12, foram produzidos, praticamente todos, no final da década, apontando uma tendência atual de abordagens mais complexas e por triangulação de métodos.

Do ponto de vista dos conteúdos, a produção pode ser assim classificada:

1. Textos gerais sobre violência contra a criança e o adolescente predominam com um total de 69. Os maus-tratos em geral são a principal ênfase desses trabalhos. No início da década, a ênfase era dada aos estudos teóricos, com abordagem histórica e conceitual, visando a uma sensibilização e capacitação dos profissionais. A evolução da área fica evidente nos trabalhos da segunda metade da década de 90, do ponto de vista da qualidade e da elaboração científica. Há maior presença de estudos quantitativos analíticos, e os qualitativos e interdisciplinares destacam-se.
2. Fatores de risco e de proteção passam a ter mais destaque nos textos da segunda parte da década de 90. A ênfase em estudos que abordam contextos e outros tipos de violência contra a criança e o adolescente ficou pouco evidente. Poucos estudos trabalham com a violência social e com as mortes violentas de jovens.
3. O tema do abuso sexual se fez presente como objeto principal de 19 trabalhos, distribuídos ao longo do período. Na segunda parte da década, destacam-se estudos mais analíticos, além de abordagens voltadas para avaliação de atendimento. O tema da prostituição é destacado em vários textos.
4. O abuso físico, objeto específico de oito estudos, também é assunto de trabalhos mais recentes, sendo abordado com metodologia interdisciplinar ou qualitativa. Esse agravo, no entanto, é destacado em trabalhos epidemiológicos.
5. A negligência foi focalizada apenas em três textos provenientes da área de enfermagem. A síndrome de 'Munchausen por procuração' teve uma publicação.

A maioria dos estudos se volta para propostas de prevenção e de atendimento, havendo, sobre o tema, uma série de manuais e textos didáticos elaborados por estudiosos, pelo Ministério da Saúde, ou pela Sociedade de Pediatria (analisados adiante no item sobre prevenção), para serem utilizados pelos profissionais que atendem às crianças e aos adolescentes. Essa é também uma área em que se articulam os serviços públicos e de Organizações não-Governamentais.

Violência contra a Mulher

A produção da área de saúde sobre a 'Violência contra a Mulher', na década de 90, foi bastante diversificada de acordo com temáticas, instituições de onde se originaram, objetivos específicos, abordagens teóricas e métodos de pesquisa. Não pretendendo ter sido exaustivas a busca e a investigação desse material, é possível, no entanto, extrair delas uma grande riqueza de informações, assim como perceber as limitações da produção: são 32 trabalhos, oito da primeira parte e 24 da segunda parte da década de 90.

Analisando seu conteúdo, esses trabalhos podem ser resumidos nos seguintes temas:

1. Artigos teórico-conceituais que tratam da dimensão histórica da submissão feminina assim como do movimento feminista do ponto de vista do direito, da justiça e da saúde pública; a construção social da identidade de gênero e de sexualidade dentro da tradição dualista em relação a corpo e mente e separação radical dos papéis de homem e mulher; e propostas de uma construção integrada das perspectivas de gênero. As teorias feministas de relações de gênero fundamentam as abordagens.
2. A maioria dos artigos que analisa dados empíricos retoma constatações sobre a dominação masculina principalmente nas relações conjugais (mas não unicamente) e suas expressões de violência: física, moral, sexual, cultural, emocional. No âmbito do trabalho, a dominação manifesta-se nas diferenciações de salário, nas discriminações, ameaças e assédios sexuais. Há vários textos que tratam especificamente da violência sexual, que ocorre desde os primeiros anos de vida até a terceira idade, mas vitima principalmente as adolescentes. Muitos autores e autoras ouviram as mulheres e trabalham sua ótica e suas crenças sobre submissão *versus* dominação. Alguns enfatizam os fatores predisponentes, no nível do cotidiano, à perpetuação das agressões conjugais, como abuso de álcool, história anterior de ter sido

vítima ou vivido em ambiente familiar violento, falta de apoio social e público para tomada de decisões que cortem o ciclo da vitimização.

3. Há alguns poucos textos que tratam especificamente de instrumentos adequados para pesquisa e para atuação sobre a temática. Um dos autores analisa o Programa de Assistência Integrada de Saúde à Mulher (PAISM) considerando sua importância no cenário do setor saúde.

Há dois grandes grupos de disciplinas sobre a saúde que concentram a maioria da produção: Saúde Coletiva e Saúde Mental. Na área da saúde coletiva, podem ser classificados 13 textos; em Saúde Mental, categorizam-se nove. Além desses, há três da área médica propriamente dita; quatro da área de ginecologia/obstetrícia; dois de enfermagem e um de serviço social.

Diferente das décadas anteriores, a produção sobre violência contra a mulher se mostra totalmente dispersa do ponto de vista institucional. Há uma pequena concentração na Faculdade de Psicologia da Unicamp, vindo a seguir em número, trabalhos elaborados na Faculdade de Saúde Pública da USP; no Claves da Fiocruz; no Instituto de Psiquiatria da UFRJ; na Escola de Enfermagem Ana Nery também da UFRJ; nas Faculdades de Medicina de Belo Horizonte e de Recife. Os outros textos são produções únicas em vários espaços: ISC/UFBA, Medicina Preventiva da USP e da Unifesp, Pós-Graduação em Enfermagem da UFSC; Escola de Saúde Pública de Porto Alegre; e Escola de Medicina do Pará. Essa dispersão, por um lado, demonstra, positivamente, a universalização da consciência do tema na área de saúde. Por outro, revela, nessas circunstâncias, que a dimensão reflexiva está ainda prejudicada pela pouca concentração de pessoas e núcleos pensantes sobre o assunto.

Vários estudos sobre a temática da violência contra a mulher voltam-se para os serviços. Questionam a atuação dos Institutos Médico-Legais, Emergências, Delegacias Especiais da Mulher, Abrigos e ONG, em relação à qualidade do seu atendimento. A partir daí, sugerem propostas para sua maior eficiência e eficácia; e pelo menos a quarta parte deles se refere especificamente à inclusão da perspectiva de gênero nos serviços de saúde, apresentando propostas para atuação dos profissionais.

Violência contra o Idoso

A violência e os acidentes sofridos pelos idosos apenas recentemente passaram a ser preocupação da área de saúde pública. Os nove trabalhos encontrados foram publicados a partir da segunda metade da década de 90. Desse conjunto, três são da área da enfermagem, três da geriatria e gerontologia, e três da saúde coletiva.

Do ponto de vista das temáticas discutidas, apenas alguns problemas têm gerado pesquisas:

1. Há alguns poucos estudos abordando o perfil de morbimortalidade por causas externas no grupo de idosos, revelando que muitos dos problemas que os afligem são relacionados a inadequações dos ambientes domésticos e sociais a suas necessidades;
2. A violência familiar é uma das formas mais comuns de desrespeitá-los, freqüentemente sendo responsável por lesões físicas e emocionais;
3. Análise de confiabilidade da informação sobre o uso de medicamentos, sobretudo daqueles que, por causa de descompensações funcionais e problemas degenerativos, os velhos devem usar constantemente;
4. Crítica da produção simbólica do envelhecimento pela mídia, tendendo a reforçar as discriminações por idade e os estereótipos sociais.

Não é possível analisar tendências, por se tratar de um investimento novo e principiante da área de saúde, que vem acompanhando o aumento da expectativa de vida da população brasileira.

Do ponto de vista metodológico, classifica-se o pequeno conjunto de trabalhos da seguinte forma: três textos de revisão bibliográfica que analisam a problemática das violências e acidentes das quais os mais velhos são vítimas, tomando a literatura internacional como referência. Há três estudos de cunho sociológico que analisam os perfis e os aspectos socioculturais de idosos abandonados nas ruas e a ausência de programas públicos voltados para esse grupo social; um analisa o crescimento demográfico da população idosa; e o último trata das várias modalidades de maus-tratos físicos, emocionais, por negligência e por razões econômicas e familiares. As abordagens quantitativas se resumem a quatro estudos, sendo três exploratórios do tipo descritivo; e um que se constitui como pesquisa analítica do tipo caso-controle. No conjunto, há dois estudos qualitativos, um, usando a técnica de análise de discurso e o outro, no formato etnográfico, fazendo também análise de boletim de ocorrência, entrevistas e histórias de vida.

É ainda bastante inicial também qualquer referência aos serviços de saúde. Infelizmente, apenas encontra-se uma análise dos asilos e hospitais geriátricos voltados para a população idosa e pobre, geralmente produtores de formas de violências físicas, psicológicas e de negligências.

Acidentes e Violências no Trabalho

O tema da relação entre violência e trabalho está representado, na década de 90, por 53 textos, e, como os já analisados, também concentra-se na segunda metade da década com 38 estudos e 15 na primeira metade. Desse conjunto, 38 da área da saúde pública; seis de medicina; cinco de enfermagem e quatro distribuídos nos campos do serviço social, ciências sociais e pediatria.

As principais temáticas e tendências podem ser assim configuradas:

1. Revisões bibliográficas relacionadas ao próprio campo, às teorias, métodos e propostas das décadas anteriores. Debate de novas questões diante das mudanças e reestruturações dos processos produtivos e sua repercussão sobre a saúde, as formas de violência e os riscos de acidentes. Análises e revisões sobre problemas concretos, como é o caso da LER.
2. Análises críticas dos dados de morbimortalidade relacionados ao trabalho sobretudo focando as imprecisões e interesses contidos nas classificações de doenças profissionais, e o uso da CAT como fonte e suas limitações quantitativas e qualitativas;
3. Vários estudos sobre acidentes e exposição a riscos, referentes a diversas categorias de trabalhadores, como os da indústria química e metalúrgica; de professores do ensino fundamental; de limpeza; de lixo; de atividades agrícolas, como os da cana; de alimentação e nutrição; de bancos; de aeronautas e, inclusive, os do setor da saúde. Observamos uma tendência inicial de sair do âmbito do trabalho formal (espaço no qual se concentraram, nos períodos históricos anteriores, os estudos de saúde do trabalhador, sobretudo os referentes a acidentes) acompanhando o crescimento do mercado informal, e nesse pequeno conjunto de estudos incluem-se os referentes à participação das crianças e adolescentes;
4. É de se ressaltar que vários trabalhos tratam da exposição dos trabalhadores da saúde a contaminantes, a violência, a risco de acidentes por jornadas prolongadas ou por atividades estressantes física e emocionalmente;

5. Análises de perfis de mortalidade e de morbidade, focalizando lesões e traumas; e estudos de duração média de vida e condições socioeconômicas;
6. Abordagens sobre o papel do Estado diante das mudanças no mundo do trabalho e as consequências da desregulamentação e da informalidade em relação à violência e aos acidentes.

Do ponto de vista metodológico, 23 dos trabalhos são de cunho quantitativo, dos quais 18 são de abordagem epidemiológica; 11 são análises de cunho sociológico qualitativo; 13 são revisões teóricas ou bibliográficas; cinco contam com métodos interdisciplinares; e há um estudo de caso. Nessa década, houve uma diversificação maior de abordagens, ainda predominando as de cunho quantitativo, mas evidenciando-se uma tendência ao aumento de desenhos qualitativos e de triangulação de método. Observa-se também que, mesmo apresentando variedade de temáticas, houve um encaminhamento das pesquisas para a análise de categorias específicas, sendo notória a ênfase nas categorias de trabalhadores da indústria química e da saúde. Aparecem temas novos antes não tratados como LER, como, por exemplo, um estudo sobre aeronautas e abordagens de acidentes ampliados que, no caso, articulam processos de produção e condições de reprodução.

Os estudos relacionam-se aos serviços da saúde, mostrando, de um lado, várias deficiências nas informações de causas básicas pelos hospitais, dificultando possíveis análises de morbimortalidade. Em quase todos, os autores chamam atenção para as limitações do uso da CAT, sobretudo perante o aumento exponencial das diferentes formas de trabalho informal. Por fim, alguns autores ressaltam a necessidade de maior adequação do sistema da saúde às propostas de prevenção e assistência ambulatorial e hospitalar.

Violência Institucional

Por violência institucional, entende-se a ação de constrangimento e despersonalização sobre os indivíduos, por parte de várias organizações públicas e privadas cujo objetivo seria prestar serviços aos cidadãos. Tal situação frequentemente acontece em serviços da saúde, em escolas e, sobretudo, em internatos e prisões. Esse efeito de ‘massificação’ dos sujeitos, exercido por entidades chamadas por Goffman como “instituições totais”, é abordado neste trabalho como sendo prejudicial ao crescimento ou ao equilíbrio físico e emocional e ao desenvolvimento da liberdade

e da personalidade dos indivíduos. São 12 trabalhos, cinco dos quais escritos na primeira parte da década de 90, e os outros sete, na segunda metade. Desse conjunto, seis são estudos da área da saúde coletiva; três, do campo da saúde mental; e um, respectivamente, de cada uma das seguintes disciplinas: medicina geral; enfermagem; e sociologia.

São as seguintes, as principais tendências dos estudos:

1. Em relação aos problemas teóricos, vários autores analisam os processos de dominação de classe e de discriminação como panos de fundo da *praxis* de instituições que tomam como *loci* de suas reflexões, inclusive da própria psiquiatria, evidenciando as formas como interferem na estrutura psíquica dos sujeitos. Alguns textos que têm como base temporal os últimos trinta anos desvendam o papel do Estado, com sua tradição autoritária, intermediando relações com a sociedade civil. A articulação com a saúde é pensada na dinâmica de sua intercessão com práticas institucionais despersonalizantes e com a violência internalizada que impede o crescimento, o desenvolvimento e a vida saudável dos indivíduos, sobretudo de crianças e jovens;
2. Nos estudos, ênfase é dada à instituição policial como portadora de uma violência sistêmica e discriminadora; aos estabelecimentos psiquiátricos e às internações arbitrárias que reproduzem estigmas sociais e perpetuam a despersonalização dos pacientes; e aos chamados “centros de privação de liberdade” dedicados à internação de crianças, adolescentes e jovens para os quais foi prescrita essa medida socioeducativa prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Há ainda um estudo, usando escala, que avalia distúrbios mentais e limitações no comportamento social de moradores de albergues públicos, encontrando nessa população alta incidência de uso de álcool e drogas. Nesse conjunto de trabalhos, faltam, lamentavelmente, abordagens relativas a violências, negligências e abandonos em residências e abrigos para idosos, um tema de alta relevância social e sanitária e que a mídia vem repercutindo a partir de denúncias da população;
3. Aprofundamento da área da assistência à saúde como sendo também produtora e reprodutora da violência. Nesse sentido, há seis textos importantes, um deles evidenciando a reprodução das desigualdades sociais nas hospitalizações e ressaltando a forte associação entre estratos sociais e financiamento da saúde. Outro mostra a continuidade entre o sistema de privação de liberdade de crianças

e adolescentes e sua hospitalização em instituições psiquiátricas, concluindo que a maioria dos pacientes não tinha indicação técnica de hospitalização. Os outros quatro apresentam evidências de como, nos próprios estabelecimentos do setor, se expressam atitudes e práticas discriminadoras e negligências, influenciando no desenvolvimento de problemas da saúde e, às vezes, em mortes evitáveis.

Do ponto de vista da abordagem dos trabalhos, há três revisões bibliográficas versando sobre prática psiquiátrica em instituição penal; sobre a situação e o cuidado de pacientes psiquiátricos violentos e a respeito de abuso e negligência relacionados a crianças institucionalizadas. São também três os textos que empregam métodos quantitativos, dois dos quais de base epidemiológica descritiva com uso de dados de internação; e um emprega escalas de avaliação de distúrbio mental e comportamento social. Há ainda três estudos de base qualitativa, usando as técnicas de entrevistas, observação participante, um dos quais é desenvolvido a partir da filosofia e do método da pesquisa-ação. Da mesma forma, ressaltando tendência já assinalada em relação a outras temáticas, há três estudos que triangulam métodos, fazendo análises de dados de prontuários, trabalhando ao mesmo tempo com informações epidemiológicas, entrevistas, grupos focais e análise de discurso.

Apesar de sua forte possibilidade de apresentação de propostas, esse conjunto de textos não chega a sugestões de mudança. Alguns propõem a ampliação da discussão política sobre as formas institucionalizadas de violência e, de maneira muito particular, os processos de despersonalização que se produzem dentro e a partir dos estabelecimentos de saúde.

Criminalidade, Delinqüência e Violência

A temática 'criminalidade' no conjunto dos estudos da área da saúde na década de 90 ora aparece associada e ora diferenciada do fenômeno da violência. No caso da diferenciação, os autores referem que a violência é um conceito muito mais abrangente. São 22 trabalhos sob essa rubrica, cinco dos quais da primeira parte e 17, da segunda etapa da década. O tema, quando tratado por estudiosos da área da saúde coletiva, é objeto das ciências sociais e da saúde ou de forma interdisciplinar articulando abordagens socioantropológicas e epidemiológicas; da saúde mental e da área de enfermagem, há um trabalho.

As principais tendências de investigações sobre o assunto podem ser assim configuradas:

1. Busca de complexificação da problemática, seja pesquisando suas raízes históricas seja analisando as hipóteses relacionadas a possíveis associações como a existência de desintegração e problemas familiares; ausência real ou psicológica, nas famílias, da figura paterna; uso de substâncias tóxicas e participação no comércio de drogas ilegais; situações socialmente problemáticas e de exclusão social; resultantes de políticas sociais excludentes; e as implicações causais e conseqüências da reincidência em atos infracionais por parte de crianças, adolescentes e jovens;
2. A maioria dos textos sobre criminalidade refere-se a adolescentes e jovens (o grupo social mais visível no universo da criminalidade) e busca trabalhar situações de risco, perfil dos infratores; políticas sociais de atendimento; e avaliação de modelos de intervenção;
3. Em relação à década anterior, diminuem os estudos voltados para explicações clínicas da criminalidade e aumentam os que buscam entender a subjetividade, os processos de identificação e as condições sociais das condutas e dos atos infracionais. No entanto, existem ainda alguns artigos escritos por médicos e psiquiatras que trabalham com teses relativas à disfunção cerebral, à psicopatia, à degeneração e ao transtorno de conduta, como explicações para o cometimento de crimes, sobretudo de homicídios.

Do ponto de vista das abordagens, há quatro estudos que se constituem em revisões teóricas, bibliográficas e ensaios. No entanto, predominam os trabalhos de cunho qualitativo que utilizam técnicas de histórias de vida e observação de campo, e produzem análises hermenêuticas dos processos sociais e do conteúdo das falas; ou buscam a compreensão dos discursos institucionais e a lógica interna produzida pela reflexão dos infratores para explicar sua situação. Os textos baseados em estudos quantitativos apresentam resultados de inquéritos, de aplicação de questionários e também de escalas, para medir psicopatias. As análises, geralmente, apóiam-se em estudos de concordância e associação de variáveis. Há também artigos sobre abordagens clínicas e de associação da criminalidade com determinadas características biológicas.

Boa parte dos trabalhos com fundamentos compreensivos analisam as políticas públicas e produzem críticas ao sistema penal, apresentando propostas de mudanças. No caso dos adolescentes e jovens, o ECA passa a ser um ponto de referência, nos textos de toda a década, por parte dos autores que baseiam sociologicamente sua argumentação, tanto para a avaliação da ineficácia e ineficiência dos internatos quanto para a sugestão de novas

formas de intervenção socioeducativas. A relação entre criminalidade e saúde é construída por esse grupo de estudiosos, pela reflexão sobre o que a violência significa como ameaça à vida e à qualidade de vida. No caso dos jovens, a essa compreensão se junta o marco do crescimento e desenvolvimento saudáveis.

É possível observar, finalmente, se é feita uma comparação com os estudos realizados na década de 80 e nos períodos anteriores, maior consistência científica e busca de aprofundamento das articulações entre criminalidade e violência. Isso significa que está havendo um grau mais elevado de cientificidade na produção e uma conseqüente diminuição dos discursos ideológicos e das 'inferências' exteriores ao problema. Pelo contrário, constata-se maior investimento e refinamento teórico, explicativo, compreensivo e metodológico.

Exclusão e Violação de Direitos

O tema da exclusão e da violação de direitos sempre esteve subjacente às discussões sobre a relação entre classes sociais e desigualdade na saúde. No conjunto do material coletado sobre violência, ele se evidencia claramente em 33 trabalhos, 13 dos quais da primeira parte e 20 da segunda etapa da década de 90. O tema é tratado, sobretudo, por estudiosos da área da saúde coletiva que comparecem com 19 textos, dos quais cinco são especificamente das ciências sociais e boa parte apresenta abordagem interdisciplinar. Em segundo lugar, vêm as pesquisas do campo da saúde mental com oito trabalhos, havendo ainda a presença de 11 estudos da enfermagem, um da medicina geral, dois da pediatria e dois do serviço social.

As principais questões discutidas e as tendências dos trabalhos podem ser assim resumidas:

1. Revisões bibliográficas que abordam o desenvolvimento de crianças em contextos socioculturais difíceis; problematizam associações teóricas e práticas que relacionam homicídios, pobreza e fluxos migratórios; produzem análises sobre a presença do crime organizado nos espaços socioculturais e de moradia da população pobre, evidenciando como esse fenômeno amplia os riscos à vida, ao desenvolvimento e ao equilíbrio físico e emocional; criticam as estratégias de prevenção e repressão às drogas e de políticas públicas voltadas para as áreas populares e a juventude, mostrando como tendem mais à repressão e à exclusão moral que à promoção socio sanitária.

2. No início da década, os temas mais pesquisados foram as práticas de extermínio, a população que vive nas ruas e, de forma especial, a situação dos chamados “meninos de rua”, seus familiares, fazendo relação com os indicadores sociais de pobreza, de moradia e de emprego, e suas condições de crescimento e desenvolvimento. Os estudos de caso também focalizam os mesmos assuntos. A maioria dos trabalhos faz associação entre exclusão moral, homicídios e situações de pobreza, enfermidades, lesões e traumas e implicações éticas da intervenção nas famílias para proteger crianças e adolescentes vivendo nas ruas.
3. Na segunda metade da década, observa-se que ainda estão presentes temas como a situação dos meninos de rua. No entanto, os textos vão pouco a pouco apresentando definições de investigação mais claras como relações entre desigualdade social e mortalidade por causas evitáveis; estudos sobre situações de risco, por exemplo, em relação à vivência da sexualidade pelas meninas que vivem nas ruas, à situação nutricional de crianças e adolescentes vivendo nas ruas e à infecção de HIV/Aids. Há vários estudos que aprofundam questões de subjetividade da população em situação de exclusão.

Do ponto de vista das abordagens metodológicas, há revisões bibliográficas e ensaios, correspondendo a 12 textos. Predominam as análises qualitativas que utilizam entrevistas, histórias de vida e observação de campo, fazem análise de documentos, estudo de casos, jogos lúdicos e desenhos. Os estudos de cunho quantitativo apresentam resultados de abordagens descritivas, analíticas e, também, levantamento de situações específicas. Em dois casos, foram usadas estratégias interdisciplinares em análises do perfil epidemiológico de grupos populacionais específicos e análise de discurso; estimativas de crianças de rua e discurso político; e, ainda, análise de registro policial sobre violência intrafamiliar e destino jurídico dos diversos casos.

Do ponto de vista da aplicabilidade dos trabalhos, vários deles voltam-se para propostas de políticas públicas e alguns fazem indicações para os atendimentos da saúde.

Álcool e Drogas como Fatores de Vulnerabilidade aos Acidentes e Violências

São 42 textos referentes à problemática do álcool e das drogas: 12 da primeira parte da década de 90 e 32 da segunda. Desse conjunto, 13 são provenientes das disciplinas da saúde mental, 14 da ampla área da saúde pública, cinco da pediatria, quatro da enfermagem, cinco da medicina e um é especificamente da farmacologia.

Sobre as relações entre alcoolismo e violência há 17 textos. O tema da exploração de associação entre drogas, álcool e violência foi muito pouco contemplado nos períodos anteriores, chamando atenção a ênfase que passa a ter na década de 90. No período em análise, ele aparece sob várias denominações: drogas, drogas legais e ilegais, drogas injetáveis, substâncias psicoativas; dependência química, ou de forma explícita: álcool, maconha, cocaína, cola de sapateiro, inalantes e medicamentos. O consumidor, nos trabalhos, é reconhecido como dependente, ou por grupo etário e atribuição social, como criança, adolescente, escolar, estudante, menino da periferia, menino de rua, trabalhador.

Quanto às tendências dos trabalhos observa-se:

1. Forte associação do uso abusivo de bebidas alcoólicas e vários tipos de violência como as que ocorrem no âmbito intrafamiliar e inter-pessoal em geral; relação com o ato do suicídio, com acidentes de trânsito e com acidentes de trabalho. Embora muito mais reprimidas, as drogas ilegais como maconha e cocaína são relativizadas nas análises em sua relação com o cometimento de ações violentas;
2. Forte presença do mercado de drogas ilegais como um fator preponderante do aumento das taxas de homicídios e potente amplificador da violência social em geral. Sendo, portanto, um fator de risco indiscutível para o crescimento exponencial da mortalidade por violência, sobretudo na faixa de 15 a 29 anos, em que as vítimas preferenciais são jovens-homens, pobres, habitantes das periferias das grandes cidades ou mesmo das cidades menores que se constituem em rotas de narcotráfico;
3. A maioria dos artigos assinala a maior vulnerabilidade de estudantes, de crianças e jovens, analisando prevalência de uso de drogas. Mas há também diagnósticos de distúrbios psíquicos gerados por consumo de álcool e outras substâncias em populações adultas e análises sobre serviços em seus diversos níveis de atendimento clínico, desintoxicações e prevenção.

Do ponto de vista metodológico, no conjunto de textos, há algumas revisões bibliográficas sobre diagnósticos de dependência, incidência e prevalência de drogadição e sobre aspectos sociais e históricos dos problemas relacionados ao uso de drogas e álcool. Predominam abordagens estatísticas e epidemiológicas com uso de questionários e escalas, estudos de caso e ensaios, sendo estes últimos mais empregados pelos pesquisadores da área da saúde mental. No entanto, há algumas análises qualitativas que buscam compreender a lógica interna e os problemas específicos dos usuários de álcool e drogas, bem como distinguir as circunstâncias de uso e dependência.

Boa parte dos trabalhos encaminha recomendações quanto a abordagens do problema para o público. Ênfase é dada à análise das campanhas antidrogas para a juventude e a propostas para atuação do setor da saúde. Vários autores ressaltam a necessidade de aprofundamento de estratégias preventivas, inclusive utilizando-se o programa de saúde da família. Outros dão ênfase à importância da implementação de centros para atendimento específico e recuperação de drogadictos, em colaboração intersetorial visando à promoção da qualidade de vida, muito mais que à repressão. Vários deles referem-se à necessidade de vigilância e controle por parte do setor da saúde e de trânsito, quanto ao uso de bebidas alcoólicas e outras drogas, incluindo medicamentos, pelos motoristas profissionais ou de passeio.

Mídia e Informação

Foram coletados 12 trabalhos relacionados à mídia e à informação, dos quais três da primeira metade da década de 90 e nove, da segunda parte. Desse conjunto, 10 pertencem à área da saúde coletiva e dois são provenientes das disciplinas da saúde mental. Os estudos aqui apresentados são fundamentais, pois hoje não se pode desconhecer o papel dos meios de comunicação tanto em suas estratégias de reforço das ideologias e das práticas sociais, quanto em seu significado de intervenção na cultura. No período anterior, que vai do início do século até a década de 80, encontram-se quatro trabalhos, apenas, tratando dessa relação entre violência, informação e comunicação. Há, portanto, um crescimento expressivo do número de textos, ainda que continuem relativamente escassos. É de se notar, também, que apenas se avaliou a produção realizada pelos profissionais da saúde.

Os trabalhos coletados encaminham-se nas seguintes direções:

1. Estudos teóricos e revisões bibliográficas abrangendo críticas à qualidade da informação, analisando o fluxo que vai da origem de dados sobre causas externas utilizados para a construção de indicadores e de análises epidemiológicas, avaliação de serviços e propostas de intervenção;
2. Análises dos fatores socioculturais que influenciam na construção da informação e nos processos de comunicação e temas específicos como influência da TV como difusora de violência para a criança; elementos violentos em desenhos animados; críticas ao sistema de informação sobre acidentes de trabalho; e estudos sobre notícias de violência veiculadas em jornal.

Do ponto de vista metodológico, os trabalhos podem ser classificados como: revisões bibliográficas sobre sistemas de informação para as diversas modalidades de morbimortalidade por causas externas e sobre situações de exclusão social e de direitos. Há um conjunto de seis estudos quantitativos que fazem análises de dados secundários, usando as seguintes fontes de dados: o Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde; laudos do Instituto Médico Legal; informações da Secretaria de Saúde e boletins de ocorrência das Secretarias de Segurança Pública. As abordagens qualitativas compõem-se de análise de matérias jornalísticas e interpretações de desenhos, observações, notas, entrevistas e análise de discursos.

Por tratarem de um tema transversal a toda a política da saúde, alguns textos indicam a necessidade de investimento para melhorar as estratégias de informação, dando ênfase à busca de qualidade dos dados desde a origem. Em relação à comunicação, as sugestões são mais gerais e se restringem à crítica da forma como é realizada.

Prevenção de Acidentes e Violências

É importante ressaltar que, na década de 90, intensificam-se estudos específicos da área da saúde, voltados para a prevenção. Essa preocupação apenas se iniciava na década anterior, quando não só o tema da violência e dos acidentes era tratado primordialmente pela epidemiologia descritiva em estudos de mortalidade e morbidade, como a idéia de prevenção estava restrita à área de Segurança Pública, portanto, muito pouco legitimada no setor da saúde. São 47 trabalhos específicos sobre o tema, sendo 12 da primeira metade e 35 da segunda. Do conjunto de textos, 29 são artigos, resultados de pesquisa, teses e dissertações, e 15

são manuais, guias e cartilhas produzidos pelo próprio Ministério da Saúde (Secretaria de Assistência, Secretaria de Políticas, Programa de Saúde Mental), pela Sociedade de Pediatria, por Secretarias de Saúde locais e por Organizações Não Governamentais. É preciso esclarecer que neste estudo de tendências, há um subdimensionamento da quantidade de material produzido, uma vez que não foi possível agregar os manuais elaborados nos níveis estadual e municipal, por premência de tempo. Além dos trabalhos já referidos, há três textos que se constituem em planos e programas do Ministério da Saúde através da Secretaria de Assistência e do Cenepi. Pode-se formular uma hipótese de que o primeiro decênio do novo século será decisivo para o avanço das estratégias preventivas e promocionais do setor, uma vez que o tema da Violência e dos Acidentes, de uma vez por todas em 2001, passou a ser legitimado dentro da política da saúde.

Os principais temas e tendências apresentados são os seguintes:

1. Investimento em marcos teóricos e conceituais que situam a violência e os acidentes como problemas da área da saúde e o papel que o setor pode desempenhar na prevenção; as propostas conceituais e operacionais de vigilância epidemiológica; a relação entre saúde como qualidade de vida e a interferência negativa da violência nos processos vitais e de cidadania; e a necessidade da intersetorialidade para a promoção da convivência social saudável e da prevenção das lesões, traumas e fatalidades físicas e emocionais;
2. Focalização de grupos específicos para atenção especial dos serviços, como o das crianças, adolescentes e das mulheres. E os temas mais presentes são prevenção de violência intrafamiliar e de acidentes de trânsito; formação de profissionais para diagnósticos de maus-tratos e para atuação do setor de emergência e trauma; o atendimento pré-hospitalar, hospitalar e de reabilitação; o risco que o alcoolismo e as drogas representam para a maior parte das formas de violência, como as agressões no âmbito doméstico e interpessoais nos espaços sociais mais diversos e acidentes de trânsito;
3. Adoção do tema da prevenção a acidentes e violências pelo setor da saúde, com claro envolvimento de diversas áreas de conhecimento e de práticas como a epidemiologia e a saúde pública em seu sentido mais amplo, com 23 trabalhos; a pediatria, com cinco; e menos frequentes, a especialidade de emergência e trauma e a vigilância da saúde ocupacional; a medicina em geral; a educação em saúde; a economia da saúde; e o planejamento e gestão.

Do ponto de vista metodológico, as abordagens preventivas tendem a articular interdisciplinarmente as ciências sociais, a epidemiologia, a medicina, a psicologia, a educação e o planejamento e gestão.

CONCLUSÕES E CRÍTICAS

As conclusões deste trabalho iniciam-se pelo processo de coleta de dados e as dificuldades e facilidade encontradas nas bases de produção desta revisão, pois esse foi um condicionante da qualidade do trabalho. Dentre os fatores que facilitaram a busca ativa que complementou a pesquisa nas bases de indexação, destacam-se: (1) o fato de várias bibliotecas terem seus acervos inteiramente informatizados, permitindo acesso mediante pesquisas por computador; (2) a política de informação de algumas instituições, pois além de terem seus acervos totalmente informatizados e atualizados, aí incluindo-se o conjunto de periódicos e teses, os profissionais da área disponibilizaram, com grande generosidade, os documentos para cópia. Isso foi essencial, pois buscava-se, concomitantemente ao processo de análise, ter o texto na íntegra para pesquisa pública e aberta no Centro de Documentação do Claves. Destacam-se, pela atualidade, qualidade e facilidade para acesso do público, a Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina, a Biblioteca da Faculdade de Medicina e a Faculdade de Saúde Pública da USP e a de Ciências Médicas da Unicamp; (3) mesmo não sendo informatizadas, algumas bibliotecas contam com excelentes profissionais da área, que prestaram um serviço de alta competência, demonstrando compreensão da importância do trabalho de revisão.

Dificultaram o trabalho os seguintes fatores: (1) além da não-informatização do acervo por parte de algumas instituições universitárias e de pesquisa, o caso de bibliotecas parcialmente desorganizadas por estarem sendo informatizadas; (2) encontraram-se valiosas coleções de periódicos nacionais e internacionais totalmente inacessíveis aos usuários, guardadas em recintos fechados e empoeirados. Esse comportamento lastimável, que constitui uma omissão quanto à ética do acesso à informação, demandou esforço para conseguir permissão de acesso aos documentos; (3) muitas instituições não dispõem de serviços reprográficos; (4) nem sempre foi possível contar com a compreensão dos profissionais responsáveis pelos acervos, no atendimento às necessidades desta pesquisa. Em alguns locais, houve má vontade em informar, refletindo uma mentalidade retrógrada com respeito ao processo de disseminação da informação científica.

Passando ao processo de tratamento dos dados realizado pela equipe do núcleo de informação e documentação do Claves, citam-se alguns problemas que também dificultaram o trabalho. Dentre eles, destacam-se a existência de muitos textos sem resumo e, ainda, resumos muito mal elaborados, por meio dos quais era impossível saber o conteúdo dos artigos. Esse problema ocorreu tanto em relação a artigos publicados quanto a dissertações e teses, mas esteve presente principalmente no segundo caso. A pouca clareza do que deveria ser uma síntese, certamente deve ser um problema muito mais generalizado do que se apresenta nos trabalhos sobre violência e acidentes, o que remete à própria dificuldade de construção dos objetos de estudo e de apresentação dos resultados.

Houve outro problema que é próprio do desafio classificatório e diz respeito ao fato de um artigo ou tese abordar vários temas, encaixando-se em mais de uma área do conhecimento. Pela necessidade de categorização, tais textos tiveram de ser definidos em um campo específico, o que foi feito, mesmo comportando uma visão alternativa de outros pesquisadores.

Entrando no mérito da produção intelectual, deve-se ressaltar o indiscutível avanço do conhecimento sobre o tema em revisão, mostrando que na década de 90 houve uma maior abrangência e distribuição das pesquisas por locais de realização, por áreas do conhecimento abrangidas e por assuntos estudados. Observa-se também que o grande incremento da produção vai se dar na segunda metade da década, que concentrou 70,5% de todos os trabalhos.

Quanto aos locais de origem dos investigadores, o levantamento da produção evidencia sua ampliação para o âmbito nacional, modificando o perfil antes concentrado praticamente na Região Sudeste e, em especial, no eixo Rio-São Paulo. Destaca-se, no período, maior participação das regiões Sul, Nordeste e Centro Oeste. No entanto, do ponto de vista de consolidação de um pensamento sobre o tema, ainda continua a destacar-se o eixo Rio-São Paulo e, nesse espaço, o Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde (Claves) da Fiocruz e o Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da USP. De qualquer forma, esse movimento de aumento da quantidade, da dispersão e concentração da produção na segunda metade da década de 90, está fortemente articulado à criação de novos programas de pós-graduação nas diferentes áreas de ciências da saúde. Nesse particular, ressalta-se a contribuição da saúde coletiva e da saúde mental, sem dúvida as que mais avançaram, vindo a seguir a pediatria e a enfermagem. É importante destacar, como novidade, a crescente contribuição do campo da enfermagem para a produção de conhecimento sobre o tema.

Sobre os assuntos específicos classificados no presente trabalho, o maior grupo de textos é o dos que tratam da categoria 'causas externas' juntando as subcategorias homicídios, suicídios, acidentes fatais e todas as lesões e traumas considerados na morbidade referente à categoria. Com certeza, a ênfase dos estudos está relacionada à relevância que, durante toda a década, foi dada às mortes por violência e ao fenômeno da criminalidade, considerados ao mesmo tempo como problemas e como manifestação de problemas sociais próprios do atual momento histórico do país. O segundo maior grupo de textos trata de 'violências contra crianças e adolescentes' que, apresentando grande diversidade de subtemas, parece refletir a influência do ECA, instrumento de realização de direito promulgado exatamente no ano de 1990. Em terceiro lugar, situa-se o conjunto dos textos referentes à 'violência no trabalho', subtema que, embora em termos quantitativos continue a ter um número de publicações semelhante, perdeu seu peso relativo no conjunto dos textos, pois na Revisão que contemplou até os anos da década de 80, ocupava o primeiro lugar. Em quarta posição, aparecem os trabalhos sobre 'prevenção', assunto que vai assumir preponderância na segunda metade da década. Essa orientação sugere que a combinação do maior domínio teórico, conceitual e empírico do tema com a sua progressiva (embora relutante) legitimação no âmbito das políticas de saúde poderia estar direcionando os pesquisadores e os gestores a uma busca de aproximação cada vez mais estreita entre abordagens teóricas e aplicação prática das descobertas empíricas.

Constatam-se também vários movimentos em relação ao conjunto de subtemas estudados, se os compararmos com sua presença, enfoque, sentido e tendência no levantamento anterior já citado (Minayo & Souza & Assis, 1990). Por exemplo, 'violência contra o idoso' é um assunto incipiente que não estava presente na revisão até os anos 80, e na década de 90, começa a surgir apenas na sua segunda metade. 'Violência contra criança e adolescente' é uma subcategoria que passa por muitas transformações internas em relação aos objetos de estudo. Os textos revelam investigações muito mais específicas, focalizando as várias modalidades de violência e acidentes. Do ponto de vista socioepidemiológico, nesse subconjunto, as análises sobre 'meninos e meninas de rua' diminuem, dando lugar a trabalhos sobre 'meninos e meninas infratores(as)' e problemas de envolvimento de crianças e jovens com atividades ilegais. Nos estudos da área médica, os artigos e teses sobre 'acidentes e traumas' passaram a ter muito maior presença, ampliando-se a abrangência dos diagnósticos dos serviços, suas deficiências e necessidades de adequação ao novo momento histórico do país. Isso significa uma mudança de inflexão, pois o campo da medicina, nos períodos anteriores, voltava-se mais para outros assuntos, como as explica-

ções biológicas sobre o fenômeno da violência. O tema dos ‘homicídios’ que, no levantamento até a década de 80, comparecia apenas com um trabalho, teve um aumento considerável no número de estudos e na complexidade da sua abordagem, na década de 90; e os ‘suicídios’, que até então preponderavam como objeto de pesquisa, perderam sua importância relativa. Os trabalhos da área da saúde mental que focalizavam, prioritariamente, no período anterior, relações entre doença mental e violência, tiveram, em boa parte, um deslocamento para análises histórico-culturais-contextuais dessa relação. Diminuiu consideravelmente na década de 90 (a ponto de se tornar residual), o número de textos que explicam a violência por razões biológicas e etológicas.

Do ponto de vista conceitual, é importante enfatizar um movimento visível de superação do discurso ideológico sobre a violência e sua imersão no conjunto de processos e problemas sociais como explicação externa a todas as manifestações dos fenômenos, e a produção de conteúdos sobre assuntos bem delimitados, especificando e aprofundando os objetos de investigação. Nesse rumo, situam-se os esforços para encontrar bases empíricas e analíticas de explicação e compreensão das diferentes classes, formas e modalidades da violência, pela ampliação das perguntas sobre temas específicos, pelo uso variado e combinado de métodos e de abordagens quantitativas, qualitativas e interdisciplinares.

No que concerne às abordagens metodológicas, é fundamental assinalar a importante participação das estratégias de cunho quantitativo e empírico (cerca de 43%), sobretudo advindas dos estudos estatístico-epidemiológicos, seguidos das revisões bibliográficas e ensaios (em torno de 25%). Observa-se uma tendência cada vez mais nítida do uso de triangulação de métodos quantitativos e qualitativos, tanto partindo de estudos epidemiológicos, quanto dos que têm como base análise sociológica ou antropológica (mais ou menos 8%). Completam o total, com cerca de 21% dos textos, os estudos qualitativos que apresentaram várias modalidades compreensivas para o trabalho empírico e teórico: entrevistas em profundidade e semi-estruturadas; técnicas projetivas; observação de grupo; grupos focais. E para análise do material foram usadas abordagens sistêmico-construtivistas; fenomenológica; transacional; de conteúdo; de discurso; e hermenêutica-dialética. As revisões bibliográficas foram realizadas a partir das técnicas de análise de conteúdo e de discurso. Os estudos epidemiológicos, em sua maioria, são descritivos e, com menor frequência, analíticos. Finalmente, em cerca de 3% dos trabalhos não se conseguiu especificar a metodologia utilizada pelos autores.

No entanto, é preciso assinalar também a contraparte desse avanço. Talvez por causa da mesma e notória inflexão da produção intelectual da

década, no sentido de clarificar e precisar melhor os objetos de estudo, os problemas dessa produção ficam mais evidentes. Um dos maiores é o fato de que cerca de metade dos textos não apresenta teorização alguma. Esse é um efeito oposto à 'ideologização' criticada acima. Nos estudos que evidenciam essa ausência, todo o investimento é feito nas abordagens metodológicas, descritivas e classificatórias de dados secundários ou primários, esgotando-se, nesse processo, o fôlego dos pesquisadores. Chamar atenção para esse fato é retomar uma discussão inconclusa e sempre pendente sobre o reducionismo científico, muito comum em diferentes áreas, de que a verdade está nos 'dados' ou 'no uso correto do método'. Essa postura teórica a que denominamos 'a-teórica' leva pesquisadores a produzirem informações cujo campo de contextualização são os próprios resultados, não havendo perguntas e reflexões prévias que as informem. Nesse caso, encontra-se uma boa parte dos trabalhos de cunho epidemiológico que assim reproduzem a crença do 'mito', ou a 'reificação' do método, ou ainda, a 'ilusão de transparência' dos dados.

Outro problema que também parece próprio do momento do crescimento de legitimação da temática como objeto de estudo da área da saúde é a quantidade de repetição dos objetos e de duplicidade de trabalhos, que evidencia a ausência ou o desconhecimento das abordagens já realizadas e publicadas, portanto, dos marcos referenciais já alcançados. Ter acesso a esse acervo anterior seria importante, seja para criticá-lo e retomar seus pressupostos, seja para, a partir deles, avançar na construção do conhecimento. Esse fenômeno de certo paralelismo e de 'redescoberta da roda', característica de parte da produção, pode ter várias explicações, dentre elas, a própria tendência 'a-teórica' já mencionada anteriormente. Mas reflete, também, dificuldades de acesso a fontes de dados, constatada nas visitas que foram realizadas a vários locais onde funcionam programas de pesquisa, assim como a baixa qualidade da informação disponível, exigindo dos investigadores, a realização de estudos para obtê-la. A ausência de financiamento suficiente e a falta de uma rede de socialização do conhecimento já consolidado podem ser outras explicações para os estudos muito restritos aos limites de possibilidades individuais dos próprios pesquisadores. O uso de dados secundários apenas, aliado à utilização de técnicas de pesquisa pouco refinadas, também contribui para a falta de criatividade e para a tendência à repetição, à falta de clareza nas perguntas e no direcionamento à realidade concreta dos espaços onde os estudos são feitos.

Dessa forma, a produção de trabalhos com nível bastante primário de conhecimento acaba sendo fruto e consequência de um 'exercício' sobre o

tema em sua ‘particularização’ e não a arquitetura da ‘singularização’ que faz ler no objeto específico a complexidade da manifestação de um todo em escala muito mais ampliada. Reflete, por outro lado, a elaboração bastante freqüente de ‘estudos de gabinete’ que não incorporam a riqueza das questões que a realidade (pesquisa de campo) traz. Esse problema que se manifesta ora em forma de generalização inapropriada de conclusão de dados específicos, ora na focalização de problemas locais apenas, como se não houvesse contextos e história e neles se esgotasse a verdade, está presente, sobretudo, na produção de teses e monografias.

Ao observar limitações na construção científica do tema ‘violências e acidentes’, poder-se-ia ressaltar uma contradição (os dois lados da moeda) com o que foi dito três parágrafos acima, sobre o aumento do grau de ‘cientificidade’ na apreensão do fenômeno. Na verdade não se trata de uma contradição, mas de um movimento de avanços e recuos como forma de avanço do conhecimento sobre o tema em pauta. A hipótese é de que os problemas aqui assinalados sejam mais gerais, e que sua explicitação pode constituir-se em elemento para melhor equacionamento das questões anteriormente sugeridas.

Por fim, é importante lembrar que, embora tenha havido um crescimento considerável de estudos visando à prevenção e à vigilância de acidentes e violências, a ponto de o número de textos sobre o assunto ocupar o terceiro lugar nesta revisão, ainda falta muito para a apropriação, pelo setor da saúde, das informações geradas pelas pesquisas. Essa aproximação necessária e importante entre teoria e prática, que com certeza evidencia dificuldades tanto dos pesquisadores quanto dos políticos e gestores do setor, certamente será o grande desafio para aqueles que trabalharão com o tema da “Violência” e dos “Acidentes” na próxima década desse novo milênio.

Há algumas observações necessárias sobre o trabalho apresentado e sobre sua relação com o conjunto de textos publicados nesta obra. Primeiro, é que aqui, pelo espaço que isto tomaria, não estão referenciados os 543 textos sobre os quais se trabalhou. Porém, nas análises específicas que compõem este livro, a maioria dos textos e mais alguns, posteriormente ‘garimpados’ pelos autores, serão nomeados. Adicionalmente, encaminha-se o leitor para que aprecie o conjunto dos resumos já bibliograficamente tratados e, inclusive, acrescidos dos que se referem já aos do ano 2001 e 2002 (as obras completas estão ao dispor dos pesquisadores no Núcleo de Informação e Documentação do Claves) na internet, www.claves.fiocruz.br. Considera-se parte do compromisso histórico da Fundação Oswaldo Cruz, por meio desse Centro, disponibilizar todo o

acervo, permitindo aos estudiosos aprofundarem suas investigações e até chegarem a outras conclusões que não as apresentadas nesta “Análise de Tendências”, com a qual se buscou contribuir para a construção do conhecimento e das práticas de prevenção de Acidentes e Violências.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MINAYO, M. C. S; SOUZA, E. R. & ASSIS, S. G. *Bibliografia comentada da produção intelectual sobre a violência no Brasil até 1990*. Rio de Janeiro: Panorama/Ensp, 1990.